Santa Cruz Futebol Clube

Relatório dos auditores independentes, demonstrações contábeis e notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Santa Cruz Futebol Clube

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstraç	čões
contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas:	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do passivo a descoberto	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Sócios e Administradores do Santa Cruz Futebol Clube Recife - PE

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do Santa Cruz Futebol Clube (Clube), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Santa Cruz Futebol Clube, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de sua operação e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Não foi possível satisfazermo-nos por meio de procedimentos de auditoria quanto ao saldo que deveria estar contabilizado no Ativo intangível com gastos com formação de atletas, conforme determina o Pronunciamento técnico ITG 2003 Entidade Desportiva Profissional, pois o Clube não possui atividades de controle interno para mensuração desse montante e contabiliza esses gastos como despesa do exercício.

Algumas ações são necessárias para atualizar o passivo do Clube, como mensurar e contabilizar a atualização monetária de juros de mora e multa, incidentes sobre alguns valores em 31 de dezembro de 2022. Devido a isso, ficamos impossibilitados de efetuar procedimentos de auditoria sobre esse fato.

O Clube não incluiu na reapresentação das demonstrações contábeis os ajustes de anos anteriores de R\$ 1.097.303, contabilizados na conta de Déficits acumulados no exercício de 2022, de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 23 — Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Devido a isso, ficamos impossibilitados de efetuar procedimentos de auditoria sobre esse fato.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que o Clube apresenta déficit de R\$ 8.404.032 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e os Passivos totais de R\$ 292.629.314, excedendo os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo em R\$ 55.526.322 e estava pendente de cumprimento de várias obrigações, principalmente de natureza tributária e previdenciária. Devido a isso, tem-se a necessidade de obtenções relevantes de recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As medidas que estão sendo avaliadas e desenvolvidas pela Administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial do Clube, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades, estão desenvolvidas na Nota Explicativa nº 1 e 19. A continuidade das atividades do Clube dependerá do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a um Clube em continuidade normal, e não incluem nenhuma modificação contábil, que seriam requeridos na impossibilidade do Clube continuar exercendo suas atividades.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis e notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por nós e emitimos relatório com abstenção de opinião devido a não termos recebido a carta de responsabilidade da administração assinada e não termos recebido as respostas de cartas de circularização enviadas aos assessores jurídicos do Clube, reportando os processos judiciais movidos, além de algumas ressalvas acima.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Clube é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2023

Robson Teixeira de Miranda

EQUITY SERVIÇOS DE CONTABILIDADE CRC-PE Nº 001344/O

Robson Teixeira de Miranda Contador CRC-PE Nº 029.459/O-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E 1 DE JANEIRO DE 2021

	<u>Notas</u>	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021		<u>Notas</u>	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
<u>ATIVO</u>	<u>explicativas</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	<u>explicativas</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
			(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)
<u>CIRCULANTE</u>					<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.056.031	1.083.976	247.571	Fornecedores		229.445	263.624	198.859
Contas a receber		26.163	64.381	735.891	Obrigações tributárias	6	24.307.542	19.350.226	18.585.321
Tributos a recuperar		3.625	29.764	29.259	Obrigações sociais e trabalhistas	7	27.204.791	23.597.198	19.217.797
Adiantamentos e antecipações	_	30.671	131.759	110.827	Acordos extrajudiciais a pagar		568.119	578.119	708.598
Total do ativo circulante		1.116.490	1.309.880	1.123.548	Adiantamentos de terceiros	8	2.283.593	2.287.856	2.287.856
	_				Receitas a apropriar	9	1.567.361	1.833.120	1.066.856
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					Parcelamentos		-	181.473	285.412
Realizável a longo prazo:					Empréstimos de terceiros		-	-	11.697.275
Depósitos judiciais		-	-	126.809	Outras obrigações	_	60.000	3.417.773	2.728.908
Empréstimos a terceiros	_		844.772	908.977	Total do passivo circulante		56.220.851	51.509.389	56.776.882
Total do ativo realizável a longo prazo		-	844.772	1.035.786		_			
Imobilizado	5	234.255.078	237.556.023	242.641.661	<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Direito de uso	_	1.731.424			Empréstimos a pagar	10	11.972.629	11.098.327	-
Total do ativo não circulante		235.986.502	238.400.795	243.677.447	Multas a pagar Bacen		3.720.517	2.820.853	2.820.853
					Parcelamentos		-	718.190	718.190
					Contas a pagar		895.228	-	-
					Provisão para riscos judiciais	11	219.820.089	220.496.692	222.292.174
					Total do passivo não circulante	-	236.408.463	235.134.062	225.831.217
					PASSIVO A DESCOBERTO				
					Ajuste de avaliação patrimonial	12	242.064.695	241.156.906	241.156.906
					Déficits acumulados		(297.591.017)	(288.089.682)	(278.964.010)
					Total do passivo a descoberto	-	(55.526.322)	(46.932.776)	(37.807.104)
					1		()	((- : - : : 7 -)
TOTAL DO ATIVO	-	237.102.992	239.710.675	244.800.995	PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	-	237.102.992	239.710.675	244.800.995
	=					=			

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Notas explicativas	2022 <u>R\$</u>	2021 <u>R\$</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	12.235.407	14.070.095
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	14	(8.344.037)	(10.878.373)
Despesas administrativas	14	(12.023.350)	(11.974.374)
Total		(20.367.387)	(22.852.747)
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES			
DO RESULTADO FINANCEIRO		(8.131.980)	(8.782.652)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	15	(431.565)	(139.338)
Receitas financeiras	15	159.513	126.933
RESULTADO FINANCEIRO - LÍQUIDO		(272.052)	(12.405)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(8.404.032)	(8.795.057)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	2022 <u>R\$</u>	2021 <u>R\$</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(8.404.032)	(8.795.057)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES: Realização de ajustes de avaliação patrimonial	(907.789)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(9.311.821)	(8.795.057)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Ajuste de avaliação patrimonial R\$	Déficits acumulados <u>R\$</u>	
	<u> </u>	<u> </u>	<u> 144</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (originalmente apresentados)	241.156.906	(214.176.293)	26.980.613
Ajustes de anos anteriores	-	(64.787.717)	(64.787.717)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentados)	241.156.906	(278.964.010)	(37.807.104)
Ajustes retrospectivos	-	(330.615)	(330.615)
Déficit do exercício	-	(8.795.057)	(8.795.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	241.156.906	(288.089.682)	(46.932.776)
Realização do custo atribuído	907.789	-	907.789
Ajustes de anos anteriores	-	(1.097.303)	(1.097.303)
Déficit do exercício	-	(8.404.032)	(8.404.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	242.064.695	(297.591.017)	(55.526.322)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em de reais - R\$)

	Notas explicativas	2022 <u>R\$</u>	2021 R\$ (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Déficit líquido do exercício Ajustes para reconciliar o déficit do exercício		(8.404.032)	(8.795.057) (330.615)
com o caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais: Depreciações e amortizações Provisão para riscos judiciais Ajustes de exercícios anteriores	5	4.213.683 (676.603) (1.097.303)	5.085.638 (1.795.482)
Aumento (redução) nos ativos: Contas a receber Adiantamentos Tributos a recuperar Empréstimos a terceiros Outros créditos		38.218 101.088 26.139 844.772	671.510 (20.931) (505) 64.205 126.809
(Aumento) redução nos passivos: Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Obrigações tributarias Parcelamentos tributários Receitas a apropriar Acordos extrajudiciais a pagar Adiantamentos de terceiros Outras obrigações CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(34.179) 3.607.593 4.957.316 (899.663) (265.759) (10.000) (4.263) (3.294.305) (897.298)	64.765 4.379.401 764.905 (103.939) 766.264 (130.479) - 688.865 1.435.353
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Aquisição de imobilizado CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(4.949) (4.949)	<u> </u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS Captação de empréstimos Pagamento de principal CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		2.673.205 (1.798.903) 874.302	1.322.030 (1.920.978) (598.948)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(27.945)	836.405
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4 4	1.083.976 1.056.031	247.571 1.083.976
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(27.945)	836.405
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E 1° DE JANEIRO DE 2021 (Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Informações gerais

O Santa Cruz Futebol Clube ("Clube"), foi constituído em 3 de fevereiro de 1914, com sede na cidade do Recife, na avenida Beberibe, nº 1285. Conforme estatuto social tem por objetivos principais:

- I Promover e incentivar os desportos, em todas as suas modalidades, realizando e participando de provas que concorram para o desenvolvimento físico e mental da juventude;
- II Promover reuniões e atividades de caráter social, cultural e esportivo; e
- III Praticar desporto de rendimento organizado de modo profissional, não profissional, semiprofissional e amador.

Desempenho financeiro e econômico

A garantia do Clube em quitar seu passivo dependerá do seu desempenho futuro, que será afetada pelas condições econômicas de suas atividades e capacidade da Administração gerenciar da melhor forma seus recursos.

O desempenho financeiro e econômico do Clube foi altamente prejudicado pelo rebaixamento ao Campeonato brasileiro da Série D, afetando consideravelmente a perspectiva de receitas.

Em 31 de dezembro de 2022, o Clube apresentava deficiência de capital de giro de R\$ 55.104.361 (R\$ 53.747.188 em 31 de dezembro de 2021). Apesar dos fatos decorrentes de limitações na geração de receita com as eliminações nos campeonatos de futebol em que participa, houve uma redução considerável em relação ao exercício de 2021; proporcionado pelas receitas de negociações concretizadas de jogadores profissionais, dentre eles: o meia João Paulo (Botafogo – RJ) e o goleiro Maycon Cleiton (RB Bragantino – SP).

A administração do Clube está empenhando esforços com vistas ao equilíbrio da situação econômico-financeira, tais quais:

- Ações de marketing e junto ao quadro de sócios;
- Renegociação com credores, reduzindo custos e alongando prazos;
- Parcelamentos de dívidas fiscais;
- Pedido de recuperação judicial (nota 19);
- Acordos sobre dívidas trabalhistas.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade especificam para entidades desportivas (ITG 2003(R1)) e sem fins lucrativos (ITG 2002(R1)). As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Reapresentação de saldos de 31/12/21 e 01/01/21:

No exercício de 2022, o Clube levantou através de coleta de informações judiciais e administrativas, saldo de dívida adicional líquida, no montante de R\$ 64.787.717, que não estava contabilizado no balanço patrimonial do Clube, conforme composição abaixo, referentes a exercícios anteriores. Devido a isso, as contas respectivas do passivo e passivo a descoberto foram reapresentadas de acordo com a norma do CPC 23 — Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

<u>Natureza</u>	Valor R\$
Obrigações tributárias	12.843.730
Obrigações sociais e trabalhistas	9.465.005
Provisões para riscos judiciais	38.728.502
Outros	3.750.480
Total	64.787.717

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir:

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional e de apresentação

A Administração do Clube definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa e os depósitos bancários.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Clube for parte das disposições contratuais do instrumento.



Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O CPC 48 contém abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que contém três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

• Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com data para resgate de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais



eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que o Clube utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a: a) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros e do principal; c) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; d) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas ao resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Baixa de ativos e passivos financeiros

O Clube baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e beneficios da propriedade para outra empresa. Se não houver transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas existir o controle do ativo transferido, o Clube reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos setores que terá que pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, o Clube continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

Imobilizado

Terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, computadores e periféricos compreendem o Ativo imobilizado. Terrenos e edificações foram avaliados a valor justo (custo atribuído), na primeira adoção dos CPCs pelo Clube.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, como segue:

	Ano
Edificações e construções	3%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações elétricas e outros	10%

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos, caso não incrementem mais de um ano na vida útil do bem.



Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo seu valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida contabilmente conforme participações do Clube nas respectivas competições e atividades desenvolvidas ao longo do exercício, respeitando-se o Princípio da Competência.

Demais receitas e despesas

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo também com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

<u>Julgamentos e estimativas</u>

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para se contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas e respectivas divulgações nas notas explicativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Clube revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.



Impostos e contribuições

O Clube é uma entidade sem fins lucrativos, gozando dos seguintes benefícios fiscais:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL): imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, conforme os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto no 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal;
- Programa para Integração Social (PIS): recolhimento da contribuição para o PIS sobre a folha de pagamento à alíquota de 1% de acordo com a Lei no 9.532/97;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): isenção do recolhimento do COFINS incidente sobre as receitas relativas as atividades próprias, de acordo com as Leis no 9.718/98 e no 10.833/03.
- INSS: Cota patronal: a incidência é sobre as receitas decorrentes de espetáculos desportivos ocorridos em território nacional, de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos à alíquota de 5% conforme Lei nº 9.711/1998. E a responsabilidade pelas retenções e recolhimentos é da entidade promotora do espetáculo ou da empresa ou entidade que repassar recursos ao clube ou associação desportiva em decorrência do evento. Terceiros: o Clube está sujeito à contribuição devida a terceiros (outras entidades ou fundos) à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de salários de empregados, atletas ou não. Sendo distribuídos em:

 Salário educação: 2,5%

 Incra: 0,2%

 Sesc: 1,5%

 Sebrae: 0,3%

 Total: 4,5%

Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2022:

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se ao saldo em caixa e em bancos e está apresentado da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	194.055	319.319
Bancos conta movimento	858.319	710.660
Aplicações financeiras	3.657	53.997
Total	1.056.031	1.083.976



5. IMOBILIZADO

O Clube realizou na transição para as atuais normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, conforme laudo técnico, a revisão dos critérios de determinação da vida útil dos bens, por empresa especializada, para promover a revisão da vida útil e avaliação (custo atribuído) de alguns bens do seu imobilizado como, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos. Móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos a partir da adoção Equivalência patrimonial, suportado por laudo de peritos independentes da Recife Engenharia Avaliação e Perícias Ltda.

O terreno, a edificação do Estádio José do Rego Maciel estão demonstrados pelo custo atribuído.

Conforme laudo, o valor total da avaliação montou o valor de R\$ 274.674.870, sendo ele:

- Terreno: $58.441,13 \text{ m}^2 \times R\$ 2.200 = R\$ 128.570.486$
- Área construída: $30.221,08 \text{ m}^2 \times R\$ 4.800 = R\$ 145.056.384$

A vida útil remanescente dos edifícios e construções foi determinada em 444 meses (37 anos).

Máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e outros ativos imobilizados são avaliados ao custo histórico, deduzidos da respectiva depreciação.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Edificações e construções	- 3%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações elétricas e outros	10%

Conforme laudo, o valor total da avaliação montou o valor de R\$ 1.463.979, sendo ele:

	2022			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Custo				
Terrenos	128.570.486	-	-	128.570.486
Edifícios e construções	145.056.384	-	-	145.056.384
Móveis e utensílios	133.184	306.290	(102.501)	336.973
Computadores e periféricos	75.681	22.360	(75.681)	22.360
Ferramentas e apetrechos	33.894	-	(33.894)	-
Máquinas e equipamentos	10.915.803	256.419	(10.915.803)	256.419
Máquinas - academia de ginástica	62.933	13.988	(49.681)	27.240
Veículos	85.000	137.700	(85.000)	137.700
Sistema de segurança	19.000	-	-	19.000
Torres de iluminação	1.048.000	175.982	(535.746)	688.236



<u>-</u>				
Total	286.000.365	912.739	(11.798.306)	275.114.798
<u>Depreciação</u>				
± 7	(36.914.440)	(3.920.443)	-	(40.834.883)
Móveis e utensílios	(76.975)	(13.318)	102.501	(1.110)
Computadores e periféricos	(75.681)	-	75.681	-
Ferramentas e apetrechos	(30.893)	(3.001)	33.894	_
<u>*</u>	(10.695.613)	(220.190)	10.915.803	_
Máquinas - academia de ginástica	(43.912)	(6.293)	49.681	(524)
Veículos	(85.000)	-	85.000	-
Sistema de segurança	(19.000)	-	-	(19.000)
Torres de iluminação	(489.510)	(50.439)	535.746	(4.203)
Total	(43.358.704)	(4.213.683)	11.798.304	(40.859.720)
		20	021	
	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em
	01/01/2021	Auições	Daixas	31/12/2021
Custo				
Terrenos	128.570.486	-	-	128.570.486
Edifícios e construções	145.056.384	-	-	145.056.384
Móveis e utensílios	133.184	-	-	133.184
Computadores e periféricos	75.681	-	-	75.681
Ferramentas e apetrechos	33.894	-	-	33.894
Máquinas e equipamentos	10.915.803	-	-	10.915.803
Máquinas - academia de ginástica	62.933	-	-	62.933
Veículos	85.000	-	-	85.000
Sistema de segurança	19.000	-	-	19.000
Torres de iluminação	1.048.000	-	-	1.048.000
Total	286.000.365			286.000.365
<u>Depreciação</u>				
Edifícios e construções	(32.993.997)	(3.920.443)	-	(36.914.440)
Móveis e utensílios	(76.975)	(13.318)	-	(90.293)
Computadores e periféricos	(75.681)	-	-	(75.681)
Ferramentas e apetrechos	(27.504)	(3.389)	-	(30.893)
Máquinas e equipamentos	(9.604.033)	(1.091.580)	-	(10.695.613)
Máquinas - academia de ginástica	(37.618)	(6.293)	-	(43.911)
Veículos	(85.000)	-	-	(85.000)
Sistema de segurança	(18.824)	(176)	-	(19.000)
Torres de iluminação	(439.072)	(50.439)	-	(489.511)
Total	(43.358.704)	(5.085.638)		(48.444.342)
Total	242 641 661	(5.095.629)		227.556.022
Total	242.641.661	(5.085.638)		237.556.023



Avaliação Patrimonial

De acordo com o NBC T 4, "Avaliação Patrimonial", os componentes do ativo imobilizado são avaliados ao custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações, amortizações e exaustões acumuladas e calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

Os itens do ativo imobilizado móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos., que apresentam sinais de que seus custos registrados são inferiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para aumento do saldo contábil a seu valor de custo.

6. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		(reapresentado)	(reapresentado)
ISS a recolher	158.484	-	-
IPTU a pagar	9.393.504	3.417.773	3.417.773
COFINS a recolher	25.019	25.019	25.019
PIS sobre folha	1.241.453		
INSS retido a recolher	8.910	8.910	8.910
IRRF a recolher	13.412.804	15.824.080	15.114.598
Contribuições sociais retidas na fonte a recolher	67.368	54.756	-
ISS retido a recolher	_	19.688	19.021
	24.307.542	19.350.226	18.585.321
Total	24.307.342	19.330.226	18.383.321

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Proventos:			
13º salário a pagar	1.027.226	868.918	538.976
Férias a pagar	595.557	638.074	245.849
Salário a pagar	2.917.495	2.065.352	1.956.140
Rescisões a pagar	3.852.143	2.775.078	750.223
Autônomos a pagar	13.800	13.800	13.800
Contribuição sindical a pagar	84.313	83.227	82.187
Outros	70.610	63.025	390.099
Subtotal	8.561.144	6.507.474	3.977.274

Encargos sociais a pagar:



FGTS a recolher	8.667.447	8.252.793	1.612.231
INSS a recolher	9.002.786	8.836.931	4.163.277
Subtotal	17.670.233	17.089.724	15.240.523
Provisão para férias e encargos Provisão para férias e encargos	973.414		
Total	27.204.791	23.597.198	19.217.797

8. ADIANTAMENTOS DE TERCEIROS

Os adiantamentos de terceiros compreendem a recebimentos antecipados correspondentes as verbas dos campeonatos estaduais dos anos imediatamente posteriores.

	31/12/2022	31/12/2021
FPF – Federação Pernambucana de Futebol	2.283.593	2.287.856

9. RECEITAS A APROPRIAR

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento Royalties – VOLT (a)	1.144.951	1.416.667
Adiantamento direito de transmissão (b)	422.410	-
Adiantamento de bilheteria (c)	-	416.453
Total	1.567.361	1.833.120

- (a) Valor adiantado pela Volt, referente aos royalties do período de 2022 e 2023, de contrato de fabricação, fornecimento e comercialização de artigos esportivos.
- (b) Valor adiantado em novembro de 2022 pela Globo/FPF, referente aos direitos de transmissões do Campeonato Pernambucano de 2023.
- (c) Valor adiantado pela Libra Securitizadora S.A. a ser amortizado com a Futebolcard Sistemas Ltda. mediante bilheteria dos jogos, com a volta do público aos estádios.

10. EMPRÉSTIMOS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Não circulante		
Empréstimos de terceiros – Pessoas Jurídicas	1.557.106	915.525
Empréstimos de pessoas físicas	10.415.523	10.182.802
	11.972.629	11.098.327

As movimentações dos empréstimos estão demonstradas a seguir:



Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.098.327
Captação de empréstimos	2.673.205
Pagamento de principal	(1.798.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.972.629

Esses empréstimos são realizados por terceiros, não há exigência de garantias ou cobranças de juros e multa.

11. PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS

31	1/12	/20)22

Trabalhistas	122.434.435
Cíveis	28.266.788
Tributárias	69.118.866
Total	219.820.089

O Clube provisionou todos os processos em que é réu, cujos assessores jurídicos consideraram como provável de perda.

Não foi apontado nenhum processo, cuja probabilidade de perda tenha sido classificada como possível.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Patrimônio social

De acordo com o artigo 48, parágrafo 2°, do Estatuto, o Clube não distribui resultados, dividendos e bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. Assim, o patrimônio social é aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

O Clube reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado no valor de R\$ 907.789. O reconhecimento e contabilização utilizou como base o Laudo de avaliação patrimonial realizado pela Recife Engenharia Avaliação e Perícias Ltda. datado em 19 de novembro de 2022.



13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita - Copa do Nordeste	100.000	1.565.136
Receita - Campeonato Pernambucano	944.886	892.926
Receita - Campeonato Brasileiro	226.800	-
Reembolso	11.106	-
Copa do Brasil	-	955.700
Camarotes, Alimentos, bebidas, Estacionamento	55.073	3.646
Mensalidade do Associado Sócio Torcedor	2.052.121	2.299.290
Participação nas Competições de Futebol	5.000	1.000
Mensalidade do Conselho Deliberativo	256.407	302.085
Bilheteria - Campeonato Pernambucano	145.517	-
Bilheteria - Campeonato Brasileiro	3.490.189	-
Bilheteria - Campeonato do Nordeste	-	113.670
Anuidade Manutenção de Camarote	243.110	-
Anuidade Manutenção de Cadeira	336.826	-
Taxas Diversas	660	-
Outras receitas do Socio Torcedor	17.580	-
Outras Receitas do Conselho Deliberativo	3.168	-
Reembolso Taxas FPF	18.741	-
Markentig e Comercial	2.726.908	2.141.036
Negociações	323.503	4.544.609
Clube Social	1.277.813	705.732
Outras Receitas		545.263
Receita operacional Líquida	12.235.407	14.070.095

⁽a) No exercício de 2021, a Mensalidade Associado Sócio Torcedor estava agregada ao saldo de Marketing e Comercial e a Mensalidade Conselho Deliberativo estava junto ao saldo Clube Social.



14. DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	<u>2021</u>
Despesas com pessoal:		
Salários e ordenados	(4.358.687)	(6.003.797)
Férias	(685.207)	(1.288.678)
13º Salário	(424.841)	(601.781)
Rescisão (a)	-	(758.270)
Aviso prévio	(227.375)	58.700
Comissões e horas extras	(16.210)	(17.984)
Prêmios e gratificações	(325.880)	(209.389)
Vale transporte	(104.983)	(70.964)
Vale alimentação (b)	-	(372.649)
Ajuda de custo	(37.039)	(11.949)
Adicional de insalubridade	(11.538)	(14.461)
Assistência medica social	(97)	-
Adicional periculosidade	(16.632)	-
Adicional noturno	(36.617)	-
Auxilio combustível	(7.350)	-
INSS sobre folha	(1.200.091)	(538.657)
F.G.T.S sobre folha	(445.872)	(529.298)
PIS sobre folha	(48.787)	(63.012)
Outros beneficios	(33.109)	-
Auxílio moradia	(366.722)	(392.933)
Outras despesas	<u> </u>	(63.251)
Subtotal	(8.344.037)	(10.878.373)
Despesas administrativas:		
Energia elétrica	(534.041)	(369.569)
Manutenção e conservação	(113.500)	(4.933)
Despesa com gás	(23.345)	-
Despesas com aluguel de estádio	(4.994)	_
Serviços prestados - pessoa jurídica	(1.056.316)	(2.116.356)
Serviços prestados - pessoa física	(1.195.479)	(593.012)
Honorários advocatícios	(22.511)	(415.763)
Honorários contábeis	(118.031)	(236.993)
Serviços de assessoria	(57.068)	-
Serviços de consultoria	(3.075)	-
Serviços de auditoria	(33.000)	-
Despesas com viagens	(403.469)	(300.087)
Despesas com Materiais	(480.682)	(268.876)
FPF – borderô	(369.794)	(147.785)
FPF – taxas diversas	(100.373)	(152.386)



Taxas diversas – outras federações Direitos de imagem Intermediação de Atletas Formação com atletas Despesas gerais Despesas com jogos Despesa de marketing Outras despesas Outras Receitas Outras despesas administrativas Subtotal	(39.250) (910.511) (89.484) (1.367) (605.338) (679.965) (10.683) (55.407) 14.450 (82.870) (6.979.103)	(34.900) (1.207.765) - - - - - (331.569) (6.179.994)
Despesas tributárias: IPTU Taxas e emolumentos Custas processuais Outras despesas tributárias Subtotal	(757.548) (444) (3.996) ———————————————————————————————————	(688.866) (13.449) (1.333) (5.094) (708.742)
Depreciações e amortizações Depreciação Amortização	(4.213.683) (68.576)	(5.085.638)
TOTAL	(20.367.387)	(22.852.747)
15. RESULTADO FINANCEIRO		
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(10.913)	(24.628)
Juros e multas	(294.314)	(114.667)
Descontos concedidos	-	-
IOF	(4.014)	(43)
Taxa de cartão de crédito	(58.220)	-
Taxa de Operação	(38.095)	-
Taxa Software	(18.809)	-
CBF Multas	(7.200)	-
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	69.500	96.047
Rendimentos	74.375	30.886
Estorno	1.189	-
Outras receitas		
C SAIGO I COCIGO	14 449	_
Valor líquido	14.449 (272.052)	(12.405)



16. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O Clube tem imunidade tributária e benefícios por ser entidade sem fins lucrativos e Clube de futebol profissional, conforme nota nº 2.

IRPJ e CSLL

Como durante os exercícios de 2022 e 2021 o Clube não obteve superávits, não haveria IRPJ e CSLL.

PIS e COFINS

Não havendo isenção tributária, o Clube teria as respectivas despesas com PIS e COFINS nos montantes de R\$ 81.251 e R\$ 375.003, respectivamente, em 2022.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mantidos pelo Clube resumiram-se, basicamente, a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar e empréstimos. O Clube não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

b) Caixa e bancos, títulos, contas a receber e contas a pagar

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros, constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência desses, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Principais fatores de risco do Clube

Risco de crédito:

As contas a receber de clubes estão sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado. O risco de inadimplência é baixo. Não existindo praticamente em 2022.

Risco de liquidez:

É o risco de o Clube não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda, são estabelecidas



premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

18. SEGUROS

O clube não possuía nenhum seguro vigente no exercício de 2022.

19. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Santa Cruz Futebol Clube ajuizou em 21 de setembro de 2022 o seu pedido de recuperação judicial, deferido em 22 de setembro de 2022 pelo MM. juízo da 18ª Vara Cível de Recife/PE – Seção B, nos termos da Lei de Recuperação Judicial, submetendo o seu plano de recuperação judicial ("Plano") para aprovação da Assembleia Geral de Credores e homologação judicial, conforme artigos 13, II e 25 da Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021 ("Lei da SAF"), bem como nos termos dos artigos 45 e 58 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei de Recuperação Judicial"):

O objetivo da recuperação judicial é que diante da existência de dificuldade do Clube em cumprir com suas obrigações financeiras, o plano de recuperação judicial prevê a realização de medidas que objetivam a reestruturação de dívidas do clube, a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento das dívidas e a geração de recursos necessários para a continuidade das atividades futebolísticas, devidamente dimensionadas para a sua nova realidade, com minimização de perdas para o Clube, seus funcionários, atletas, o fisco e os credores.

A crise do Clube, de modo resumido, decorre de diversos fatores, conforme razões expostas na petição inicial da Recuperação Judicial, dentre eles (i) a evolução de seu passivo a partir do ano de 2011, em razão dos vultosos investimentos necessários à retomada esportiva do Clube, e (ii) a queda nas arrecadações decorrentes de direitos de transmissão, bilheteria e patrocínios, em razão tanto da má performance esportiva do Clube a partir de 2017, quanto da pandemia gerada pelo Covid-19. Todos esses fatores, conforme já devidamente demonstrado na petição inicial da Recuperação Judicial, geraram a crise econômico-financeira e de liquidez do clube.

Adicionalmente, quando o plano for aprovado em assembleia de credores, informaremos o plano de pagamentos dos credores trabalhistas (CLASSE I), dos credores quirografários (CLASSE III) e dos credores ME e EPP (CLASSE IV).

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Disputa da Copa do Brasil e Copa do Nordeste

O clube chegou até a semifinal do campeonato pernambucano de 2022, obtendo assim vaga para a Copa do Brasil 2023 e para a fase eliminatória da Copa do Nordeste 2023 tendo também conquistado o acesso para a fase de grupos da Copa do Nordeste após vitórias contra as equipes do Caucaia/CE e Botafogo/PB.



Disputa do campeonato brasileiro

Após o término das oitavas de final em agosto de 2022, o clube não alcançou o acesso para a série C, devendo disputar novamente o Campeonato Brasileiro da Série D, na temporada 2023 a partir de maio.

Recuperação Judicial

Em 20 de janeiro de 2023 na forma prevista no art. 53 da Lei nº 11.101/2005, o clube promoveu a juntada do seu Plano de Recuperação Judicial, bem como dos laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação de bens e ativos do Clube.

Em 13 de fevereiro de 2023, o clube, por meio de assessores jurídicos obteve êxito para a liberação de depósitos judiciais em favor do clube no valor de R\$ 698.986.

21. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração do Clube autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 31 de março de 2023, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.
